

O que posso fazer pelo meu Portugal?

Posso e devo defender-lhe a Memória, a Identidade e a Autoestima.

Faz poucos meses que estou na presidência da Direcção da SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal, fundada em 1861, há pouco mais de cento e cinquenta anos, por quarenta patriotas anti-iberistas, de entre os quais avulta a figura de Alexandre Herculano, tendo por objecto estatutário a defesa da Independência, Individualidade, Identidade, Memória, Autoestima, Língua e Cultura do nosso velho Estado-Nação. Agora, acabo de levar um murro no estômago – e comigo, creio que quinze milhões de Portugueses, residentes no País e na Diáspora –, murro que consistiu na agressão tecnocrática da nossa actual classe política, a qual nos pretende privar do feriado nacional identitário do 1.º de Dezembro de 1640.

Ora, se há feriado indiscutível, este é o do 1.º de Dezembro, data “sine qua non” dos demais. Na verdade, se não tem existido a Restauração da Independência, em 1 de Dezembro de 1640, não haveria 5 de Outubro, 10 de Junho, 25 de Abril ou qualquer outro, porquanto a agenda dos feriados nacionais seria fixada por Madrid. Quanto muito, a Região Autónoma de Portugal, provavelmente com o título honorífico de Reino, celebraria o seu Dia da Autonomia.

Se há feriados indiscutíveis, estes são o 1.º de Dezembro e o 10 de Junho, datas que unem a Nação Portuguesa, em torno dos seus Bandeira, Hino, Valores, Memória, Identidade, Língua, Cultura, Santos e Heróis.

Há pouco mais de cem anos, o Governo Provisório da Iª República, cerca de uma semana decorrida sobre o 5 de Outubro de 1910 – concretamente, a 12 de Outubro – definiu com lucidez os feriados incontornáveis de Portugal, sem distinção de civis e religiosos.

Foram nomeadamente o 1.º de Dezembro, o 5 de Outubro, o Natal, o Ano Novo... Os Portugueses, durante um século, evocaram as efemérides referidas – sem contestação nem divisões – às quais acrescentaram, mais tarde, o 10 de Junho, o 25 de Abril e o 1.º de Maio.

Os feriados do 1.º de Dezembro e do 10 de Junho são, indiscutivelmente, insubstituíveis, por neles se evocar a essência da Portugalidade. Sem a Restauração, no dia 1.º de Dezembro de 1640, Portugal não celebraria quaisquer outros feriados, porquanto a Portugalidade estaria dissolvida na Hispanidade e a Língua Portuguesa subalternizada à Língua Castelhana. Ao 1.º de Dezembro deve Portugal a sua Independência e a universalidade da Língua e Cultura Portuguesas.

Também, sem o 1.º de Dezembro de 1640, provavelmente não existiriam Brasil, Angola ou Moçambique, como grandes Estados-Nação de Língua Portuguesa. E os

demais países e regiões da Lusofonia ou Luso-esfera – unidos pelo Mar que Portugal sulcou – seriam distantes reminiscências de uma muito remota passagem lusitana.

Um Estado que não comemora, como seu principal feriado, o dia da Independência é um Estado bastardo, sem dignidade nem valores. Alguma vez os Estados Unidos pensariam em deixar de evocar a *Independence Day*?

Recorda-se que a Guerra da Restauração se não travou só contra a Espanha, na Terra e no Mar, mas também contra a França no Brasil e os Países Baixos, no Brasil e na África e no Oriente.

A Restauração mobilizou a Nação Portuguesa, na Europa e no Ultramar, combateu e venceu as potências que a ela se opuseram. E Portugal recuperou a sua Independência plena.

Na União Europeia em 27 são 18 os países cujo Dia Nacional - o feriado mais importante – anuncia a respectiva fundação ou independência.

A Assembleia da República não pode apagar do calendário oficial de Portugal aquele feriado em que celebramos o valor incontornável da Independência Nacional – a Assembleia da República tem o dever de não votar nesse sentido. E, se isso acontecesse, o Presidente da República não o poderia subscrever e avalizar. Como representante máximo da República Portuguesa e garante da independência nacional, o Presidente da República deveria exercer o veto político contra tamanho ataque ao espírito de Portugal e da sua História.

A SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal – hoje como no decurso dos últimos 150 anos – convoca os Portugueses para que, fazendo prevalecer o bom senso, defendam a preservação do Feriado do 1.º de Dezembro de 1640. O feriado *Sine Quod Non*.

Páscoa, de 2012

José Alarcão Troni

(Presidente da Direcção da SHIP)